

INQUÉRITO 4.483 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: RODRIGO SANTOS DA ROCHA LOURES
ADV.(A/S)	: CEZAR ROBERTO BITENCOURT E OUTRO(A/S)

DECISÃO

1. Em 10.4.2017 autorizei a abertura deste Inquérito, inicialmente em face de Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures, deferindo, em 2.5.2017, a inclusão de Michel Miguel Elias Temer Lulia, com objetivo de apurar fatos supostamente delituosos praticados, em tese, no exercício das funções públicas de Presidente da República, Senador da República e Deputado Federal, acompanhados de outros investigados não detentores de foro por prerrogativa de função neste Tribunal.

Da evolução das apurações transpareceu que a alegada atuação do Senador da República Aécio Neves da Cunha, perante o Grupo Empresarial J&F, visou, supostamente, objetivos distintos daqueles, em tese, perseguidos pelos integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tratando-se, por isso, de condutas autônomas, cujos vínculos inicialmente postos revelaram-se, então, distanciados, quer sob o aspecto probatório, quer sob o aspecto subjetivo, razão pela qual determinei, às fls. 390-402, a cisão deste Inquérito quanto aos fatos relacionados ao parlamentar Aécio Neves da Cunha, Andréa Neves da Cunha, Frederico Pacheco de Medeiros e Mendherson Souza Lima, formando-se novos autos, já redistribuídos.

Prosseguiram nestes as apurações relacionadas a supostas condutas de corrupção passiva, oposição de embaraço à investigação de organização criminosa e pertinência à organização criminosa, tendo como investigados iniciais Michel Miguel Elias Temer e Rodrigo Santos da

INQ 4483 / DF

Rocha Loures, encetando-se, inclusive, diligências periciais.

O Procurador-Geral da República noticia (fls. 1592-1656) o oferecimento de denúncia em face de Michel Miguel Elias Temer Lulia e Rodrigo Santos da Rocha Loures, imputando-lhes a prática do crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal. Requer, em sua peça, o regular processamento do feito, em autos apartados, com a notificação dos acusados para os fins do art. 4º da Lei 8.038/1990, e após, encaminhamento da denúncia à Câmara dos Deputados, para os fins do art. 86 da Constituição da República.

Postula, ainda, diante do panorama atual das investigações, o compartilhamento dos elementos de convicção amealhados nestes autos para juntada ao Inquérito 4.327, o qual tem por objeto apuração de suposto crime de organização criminosa imputada a integrantes do “PMDB da Câmara dos Deputados”.

Segundo sustenta o Procurador-Geral da República, nesse Inquérito 4.327 investiga-se atividade reiterada, por parte de integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), consistente na indicação política de pessoas para ocupar postos importantes no âmbito da administração pública, em especial perante a Petrobras S/A e Caixa Econômica Federal, os quais, por sua vez, viabilizariam favores a grupos econômicos dispostos a pagar propina, além da comercialização de requerimentos e emendas parlamentares.

Ainda de acordo com o Ministério Público Federal, os fatos que teriam sido agora descortinados neste inquérito indicariam a continuidade da atividade da suposta organização criminosa alvo da investigação no Inquérito 4.327, com a participação de Michel Miguel Elias Temer Lulia, Rodrigo Santos da Rocha Loures e, possivelmente, de Geddel Vieira Lima, Wellington Moreira Franco e Eliseu Lemos Padilha.

Na mesma peça apresentada às fls. 1592-1656, o Ministério Público Federal requer a extração de cópias do presente Inquérito com remessa à Seção Judiciária do Distrito Federal, para apuração de eventuais crimes de corrupção passiva e advocacia administrativa que possam ter sido praticados por funcionários do Conselho Administrativo de Defesa

INQ 4483 / DF

Econômica (CADE) e Petrobras S/A, em razão do contrato celebrado pela empresa EPE, integrante do grupo J&F com a sociedade estatal de economia mista, para a venda de gás desta para aquela.

Aventa o Ministério Público Federal que, embora não haja dúvida de que Michel Miguel Elias Temer Lulia e Rodrigo dos Santos da Rocha Loures tenham interferido ilicitamente perante as referidas autarquia e empresa pública em troca do pagamento de propina, o que é objeto da denúncia ofertada, necessária a apuração do eventual envolvimento dos funcionários do CADE e da Petrobras S/A, os quais, em tese, podem estar implicados na prática dos ilícitos.

Quanto aos fatos consistentes no suposto pagamento de valores a Eduardo Cosentino da Cunha e Lúcio Bolonha Funaro, o Ministério Público Federal requer o prosseguimento das investigações, sustentando a necessidade de uma *“análise mais cuidadosa, aprofundada e responsável para formar sua **opinio delicti**”*, eis que o relatório policial referente a esses episódios foi apresentado apenas na data de 26.6.2017.

A despeito disso, pugna pela manutenção das prisões preventivas decretadas em desfavor de Eduardo Consentino da Cunha, Lúcio Bolonha Funaro e Roberta Funaro Yoshimoto, esta última em prisão domiciliar, aduzindo que a complexidade dos fatos em apuração afasta eventual alegação de excesso de prazo, como inclusive tem entendido o Supremo Tribunal Federal.

Postula a juntada aos presentes autos dos anexos 4 a 8, constantes da PET 7.003, onde homologado o acordo de colaboração premiada celebrado com Joesley Mendonça Batista, por entender que os documentos e depoimentos respectivos são importantes à elucidação dos supostos motivos pelos quais integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atuantes na Câmara dos Deputados, reputariam imprescindível manter o silêncio de Eduardo Cosentino da Cunha e Lúcio Bolonha Funaro.

Na referida petição de fls. 1592-1656, o Procurador-Geral da República aponta a necessidade e requer a instauração de outro inquérito para apuração de fatos descortinados em decorrência da ação controlada

INQ 4483 / DF

e interceptação telefônica deferidas nos autos das Ações Cautelares 4.315 e 4.316.

Segundo narra a tal respeito, a interceptação dos diálogos travados entre Rodrigo Santos da Rocha Loures e outros interlocutores, apontou para a possível prática, a ser investigada, de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, porque, em diversas dessas conversas, seria possível depreender que Rodrigo Santos da Rocha Loures teria apontado como possíveis intermediários do pagamento de propinas a si e a Michel Miguel Elias Temer Lulia, pessoas cuja identificação provisória seriam Ricardo Conrado Mesquita e Antônio Celso Grecco, ambos vinculados à empresa RODRIMAR S/A.

No que diz respeito à pessoa jurídica, ainda conforme o Procurador-Geral da República, depreende-se do teor de diálogos interceptados, inclusive com o próprio Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, que Rodrigo Santos da Rocha Loures estaria viabilizando, perante o Governo Federal, a edição de um decreto voltado à prorrogação de contratos de concessão e arrendamentos portuários, o que coincidiria com os interesses mercantis da referida empresa.

Esclarece o Procurador-Geral da República, na sequência, que a edição do Decreto nº 9.048/2017, pelo Presidente da República, contemplou, ao menos em parte, as demandas de Rodrigo Santos da Rocha Loures em favor da referida RODRIMAR S/A, o que traz à tona suspeitas que impõem investigação mais apurada.

No mesmo contexto, aponta o Ministério Público Federal a necessidade de aprofundamento das investigações quanto à aludida participação, que teria sido referida por Rodrigo Santos da Rocha Loures em diálogos interceptados, de João Baptista Lima Filho, conhecido por Coronel Lima, proprietário da empresa Argeplan Arquitetura e Engenharia Ltda., como intermediário de valores de supostas propinas pagas a Michel Miguel Elias Temer Lulia. Da mesma forma teria ocorrido em relação a quem o Ministério Público Federal indica, provavelmente, como sendo Edgar Rafael Safdie.

Nesse ponto, assenta o Procurador-Geral da República a necessidade

INQ 4483 / DF

de se perquirir a prevenção, por conexão, desses fatos com o Inquérito 3.105, arquivado no ano de 2011, sob a relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio, onde se apurou suspeita de pagamento de propina a Marcelo de Azevedo e Michel Miguel Elias Temer Lulia, no contexto fático envolvendo a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Por fim, requer seja fixado o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos referentes à análise do material apreendido nas Ações Cautelares 4.324 e 4.328.

Relatei. Decido.

2. Segundo o art. 80 do Código de Processo Penal, será *“facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação”*.

O presente feito conta com investigados presos e as apurações dos fatos supostamente delituosos encontram-se em fases distintas no que diz respeito à conclusão das investigações. Por essa razão, a cisão processual é medida que se impõe nos exatos termos do referido art. 80 do CPP e da jurisprudência pacífica desta Suprema Corte.

A esse respeito, cito o precedente da lavra do saudoso Ministro Menezes Direito, que bem resume a questão, nos seguintes termos, cujos grifos não correspondem ao original:

“É praxe nesta Suprema Corte a prolação de decisões monocráticas determinando o desmembramento de feitos que tenham pluralidade de litisconsortes penais passivos. A presente medida é determinada com apoio no art. 80 do CPP, que autoriza a separação do feito, presente motivo relevante que torne conveniente a adoção de tal providência. Esse proceder tem fundamento no parágrafo único do art. 2º da Lei 8.038/1990, que *'confere aos ministros relatores dos tribunais superiores as atribuições inerentes aos juízes singulares, dentre elas a de ser o juiz da instrução, aos quais caberá decidir sobre todas as*

INQ 4483 / DF

*providências pertinentes ao bom andamento do processo' (...). A decisão agravada está em perfeita consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte sobre a matéria, que, em diversos julgados, já enfatizou revelar-se plenamente possível, presentes as razões que o justificam, o desmembramento de feitos com apoio no art. 80 do CPP. **Não há nenhum óbice jurídico para que o relator do inquérito proceda ao desmembramento, quando entender conveniente à instrução criminal e ao bom andamento do processo**, para dar celeridade e eficácia a pretensão punitiva do Estado” (HC 94.224-AgR, julgamento em 12.6.2008, Plenário, DJE de 12.9.2008).*

No mesmo sentido: HC 83.463, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ de 4.6.2004; HC 73.423, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, Segunda Turma, DJ de 12.11.1999; HC 73.208, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, DJ de 7.2.1997; HC 70.688, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, DJ de 10.12.1993.

Diante disso, é de se deferir o pedido de formação de autos apartados, sob a classe Inquérito, vinculados ao presente, para processamento da denúncia oferecida, a seguir o delimitado caminho da Constituição Federal.

Passo à análise, então, do pedido formulado pelo Procurador-Geral da República para que sejam os acusados previamente notificados, nos termos do art. 4º da Lei 8.038/1990, para apresentarem resposta à acusação e, apenas posteriormente, promover-se a remessa à Câmara dos Deputados para os fins do que dispõe o art. 86 da Constituição da República.

O oferecimento de denúncia em face de Presidente da República, no exercício de suas funções, põe em discussão as regras extraíveis dos dispositivos aparentemente desarmônicos do art. 51, I, e art. 86, *caput* e art. 86, § 1º, I, todos da Constituição da República.

Com efeito, assim estão redigidos, sem grifos no original:

“Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

INQ 4483 / DF

I - **autorizar**, por dois terços de seus membros, a **instauração de processo** contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

(...)

Art. 86. **Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados**, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;”

De tais regras, a primeira dúvida que poderia emergir seria a respeito da precedência do juízo de admissibilidade da denúncia, ou seja, sobre qual das instituições caberia realizar, por primeiro, o controle da acusação por delito comum contra o Presidente da República. Se ao Supremo Tribunal Federal ou à Câmara dos Deputados.

Como se sabe, dadas as magnânimas funções da Presidência da República, instituição à qual, num regime de governo presidencialista, compete, a um só tempo, a Chefia de Governo e a Chefia de Estado, a Constituição Federal condiciona a instauração de processo penal por crime comum contra seu titular a um duplo juízo de admissibilidade.

Nessa toada, a Câmara dos Deputados realiza um juízo predominantemente político de admissibilidade da acusação, enquanto compete ao Supremo Tribunal Federal um juízo técnico-jurídico. O juízo político a ser efetivado pela Câmara dos Deputados, deve preceder à análise jurídica por parte do Supremo Tribunal Federal, porque, como visto, assim o determina a correta interpretação da Carta Magna.

A despeito de eventual interpretação que pudesse potencializar a literalidade da expressão constitucional do art. 51, I, da Constituição Federal, o qual aparenta condicionar a manifestação da Câmara dos Deputados apenas à *“instauração do processo”*, o que, do ponto de vista da teoria da relação jurídica, ocorreria somente com a citação, ao que tudo

INQ 4483 / DF

indica, a teleologia da norma constitucional em questão é outra.

Isso exsurge claro da dicção do art. 86, *caput*, da Constituição da República quando impõe à Câmara dos Deputados, também, fazer um juízo de admissibilidade da denúncia, nos seguintes termos: *“admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade”* (g.n.).

Nessa linha, somente após a autorização da Câmara dos Deputados é que tem cabimento dar sequência à persecução penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal, conclusão que ressaí cristalina quando se atenta para a redação do art. 86, §1º, I, da Constituição Federal, o qual determina o afastamento do Presidente da República das suas funções *“se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal”*.

A realização de um juízo de admissibilidade, pelo Supremo Tribunal Federal, prévio ao da Câmara dos Deputados, implicaria admitir que a Constituição teria imposto ao Presidente da República a necessidade de enfrentar o juízo predominantemente político, a ser realizado pela Câmara dos Deputados, fora do exercício de suas funções.

Concepção tal, ademais, teria o condão de, eventualmente, aniquilar o próprio escopo protetivo da Presidência da República buscado pela Constituição ao submeter a acusação por crime comum a um juízo prévio, predominantemente político, a ser realizado pelos senhores Deputados Federais.

Afinal, condicionando o processamento do Presidente da República à autorização da Câmara dos Deputados, tem a Constituição, justamente, a finalidade de proteger a soberania do voto popular, impondo que, quem fora eleito pelo sufrágio, só seja afastado do exercício de seu mandato com a autorização dos representantes do próprio povo. Essa é a razão, também, pela qual a Constituição Federal elegeu a Câmara dos Deputados para realizar esse juízo político, eis que se trata da Casa do Congresso Nacional tradicionalmente associada à representação do povo. É um imperativo constitucional próprio das democracias.

INQ 4483 / DF

No que diz respeito à necessidade de se colher, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a defesa prevista no art. 4º da Lei 8.038/1990, antes de submeter a denúncia à Câmara dos Deputados, compreendo que não cabe a esta Corte, após o oferecimento da denúncia e antes dessa eventual autorização, a promoção de qualquer ato processual que não seja meramente ordinatório.

Sem, evidentemente, menoscar os augustos princípios da ampla defesa e do contraditório, entendo que a cada um dos juízos de admissibilidade compreende uma defesa prévia específica e própria. Os temas sobre os quais poderá versar a defesa, ademais, poderão não coincidir, pois questões exclusivamente políticas, por exemplo, a respeito das quais o Presidente da República poderá legitimamente discorrer como forma de dissuadir os Deputados Federais a dar a autorização ao Poder Judiciário para seu processamento, não teriam o mesmo cabimento na ambiência do ato processual a ser praticado com fulcro no art. 4º da Lei 8.038/1990 perante esta Corte.

Assim, cabe ao Presidente da República, inicialmente, apresentar sua defesa, previamente ao juízo predominantemente político a ser realizado pela Câmara dos Deputados, naquela especialidade, como, aliás, prevê o Regimento Interno daquela Casa Legislativa em seu art. 217, nos seguintes termos:

“Art. 217. A solicitação do Presidente do Supremo Tribunal Federal para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado será recebida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que notificará o acusado e despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, observadas as seguintes normas: I - perante a Comissão, o acusado ou seu advogado terá o prazo de dez sessões para, querendo, manifestar-se (...);”

Após a autorização da Câmara dos Deputados, caso seja deferida, o Supremo Tribunal Federal determinará, nos termos do art. 4º da Lei

INQ 4483 / DF

8.038/1990, que seja o denunciado notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua resposta à acusação.

Nesse sentido, realçando o papel do relator, leciona o eminente Ministro Alexandre de Moraes:

Nos crimes comuns o Presidente da República será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação (art. 86 da Constituição Federal), exercendo juízo de admissibilidade político, conforme já analisado no caso de crimes de responsabilidade. (...)

Autorizada a instauração pela Câmara dos Deputados, o relator, antes do recebimento ou da rejeição da denúncia ou da queixa, mandará notificar o acusado para oferecer resposta escrita no prazo de 15 dias.

(MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2017. pp. 524 e 527) (g.n.).

Cabe arrostar, neste momento, a necessidade de compreensão do percurso a ser trilhado para colher autorização da Câmara dos Deputados apta a dar seguimento à persecução penal por crime comum em face de Presidente da República. Entretanto, quando se tratava da aplicação da redação original do art. 53, § 1º, da Constituição da República, hoje modificado pela superveniência da EC nº 35 de 2001, o qual à época dispunha, que *“desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa”*, tradicionalmente, este Supremo Tribunal Federal solicitava autorização do Poder Legislativo previamente à notificação para apresentação da resposta a que alude o art. 4º da Lei 8.038/1990.

Nessa linha, colaciono os seguintes precedentes monocráticos: Inq. 1.643/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, despacho proferido em 10.4.2001; Inq. 1.640/MT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, despacho proferido em 14.11.2000; Inq. 1.637/SP, Rel. Min. Celso de Mello, despacho proferido em

INQ 4483 / DF

14.9.2001; Inq. 1.636/SP, Rel. Min. Moreira Alves, despacho proferido em 19.9.2001; Inq. 1.613/AC, Rel. Min. Sidney Sanches, despacho proferido em 4.12.2001; Inq. 1.607/RR, Rel. Min. Nelson Jobim, despacho proferido em 5.9.2001; Inq. 1.591/DF, Rel. Min. Néri da Silveira, despacho proferido em 3.5.2001; Inq. 1.588/DF, Rel. Min. Celso de Mello, despacho proferido em 2.2.2000; Inq. 1.547/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, despacho proferido em 2.12.2001; Inq. 1.482/MG, Rel. Ilmar Galvão, despacho proferido em 3.8.2001; Inq. 888/SC, Rel. Min. Octavio Gallotti, despacho proferido em 21.11.1994 e Inq. 445/DF, Rel. Min. Francisco Rezek, despacho proferido em 31.8.1994.

Além disso, quando ainda vigorava perante esta Suprema Corte a compreensão segundo a qual às Constituições Estaduais era constitucionalmente legítimo, por simetria, exigir do Poder Judiciário a obtenção de prévia licença das Assembleias Legislativas para processar os respectivos Governadores de Estado, chegou a Segunda Turma, em acórdão da lavra do eminente Ministro Celso de Mello, por ocasião do julgamento do HC 80.511-6/MG, a considerar constrangimento ilegal, sanável pela via do *habeas corpus*, a notificação expedida pelo Superior Tribunal de Justiça, a Governador do Estado para apresentação da resposta prevista no art. 4º da Lei 8.038/1990, antes de obtida a respectiva autorização da Assembleia Legislativa para processamento do Chefe do Poder Executivo estadual. Naquela oportunidade, a Segunda Turma, “*por votação unânime, deferiu, o pedido de habeas corpus, para invalidar a decisão questionada e assegurar, ao paciente, o direito de apresentar a resposta, a que se refere o art. 4º da Lei 8.038/90, somente após a eventual concessão, por parte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da pertinente e necessária autorização*” (g.n.). Colho da respectiva ementa o seguinte trecho, cujos grifos não correspondem ao original:

“Essa orientação - que submete, à Assembléia Legislativa local, a avaliação política sobre a conveniência de autorizar-se, ou não, o processamento de acusação penal contra o Governador do Estado - funda-se na circunstância de que, recebida a denúncia ou a queixa-crime pelo Superior Tribunal

INQ 4483 / DF

de Justiça, dar-se-á a suspensão funcional do Chefe do Poder Executivo estadual, que ficará afastado, temporariamente, do exercício do mandato que lhe foi conferido por voto popular, daí resultando verdadeira '*destituição indireta de suas funções*', com grave comprometimento da própria autonomia político-institucional da unidade federada que dirige" (HC 80.511, Segunda Turma, DJ 14.9.2001).

Nesse passo, registro que, como sabido, são atribuições do Relator ordenar e dirigir o processo (nos termos do inciso I, do art. 21 do Regimento Interno do STF); a presente decisão, de caráter ordinatório, tem se agasalhado na regra do inciso XVI do mesmo artigo 21 do RISTF, em todas as matérias e nos processos sujeito à competência do Relator, inclusive em relação às comunicações com os demais Poderes da República, *verbis*:

"Art. 21. São atribuições do Relator:

I – ordenar e dirigir o processo;

(...)

XVI – assinar a correspondência oficial, em nome do Supremo Tribunal Federal, nas matérias e nos processos sujeito à sua competência jurisdicional, podendo dirigir-se a qualquer autoridade pública, inclusive aos Chefes dos Poderes da República;

(...)"

Tal regra resultou da redação conferida a esse dispositivo pela Emenda Regimental número 7, de 06 de abril de 1998.

Fora de dúvida, por conseguinte, tratar-se de atuação própria do Relator.

Considerando-se, na hipótese, de autorização prevista constitucionalmente, nos artigos 51, I e 86 da CRFB, deve ser harmonizar o dispositivo antes citado com o que prevê o próprio RISTF no artigo 13:

"Art.13. São atribuições do Presidente:

INQ 4483 / DF

(...)

II – representá-lo perante os demais Poderes e autoridades;

(...)”

Somente poderá ser instaurado **processo** após a autorização; logo, **processar** e **julgar**, atribuições do Plenário do STF, apenas emergirão em se concretizando tal hipótese.

Tal harmonização, em nosso ver, apreende a melhor hermenêutica o caso concreto à luz dos poderes de representação, vale dizer, da Presidência do Supremo Tribunal Federal perante a Presidência dos demais Poderes, e a esse fim, a comunicação, no caso, entendo há de ser pela Presidência da Suprema Corte, consoante o inciso II do art. 13 também do RISTF, para os fins constitucionais.

Sob essas considerações, é de se indeferir o pedido de prévia notificação tal como formulado pelo Procurador-Geral da República e, desde logo, remeter o feito à Presidência do Supremo Tribunal Federal para que proceda ao encaminhamento institucional ao Presidente da Câmara dos Deputados, da denúncia oferecida, com cópia integral dos autos, para deliberação nos termos do art. 51, I e art. 86 da Constituição da República.

Quanto aos pedidos de manutenção da prisão de Eduardo Cosentino da Cunha, Roberta Funaro Yoshimoto e Lúcio Bolonha Funaro, tais temas estão afetos aos respectivos autos de Ação Cautelar 4.325, onde oportunamente serão tratados.

Sobre o pedido de instauração de novo inquérito para apuração de eventual crime de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva envolvendo, supostamente, Michel Miguel Elias Temer Lulia, Rodrigo Rocha Loures, Ricardo Conrado Mesquita e Antônio Celso Grecco, ambos vinculados à empresa RODRIMAR S/A, João Baptista Lima Filho, que seria proprietário da empresa Argeplan Arquitetura e Engenharia Ltda. e Edgar Rafael Safdie, compreendo necessário, antes da decisão de abertura do procedimento, que o Procurador-Geral da República se manifeste conclusivamente sobre a aventada prevenção, por conexão, com os fatos

INQ 4483 / DF

apurados no Inquérito 3.105, arquivado em 2011, sob a relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio.

Como consequência do desmembramento aqui deferido, nada obsta que o suposto crime de pertinência à organização criminosa, cuja suspeita inicial foi apontada em face de Michel Miguel Elias Temer Lulia e Rodrigo Santos da Rocha Loures passe a ser investigado no âmbito do Inquérito 4.327, onde se apuram suspeitas envolvendo pessoas ligadas ao cognominado “PMDB da Câmara dos Deputados”. Por essa razão, é de se deferir o pedido de extração de cópias do presente inquérito para juntada naqueles autos.

Ainda, é de se deferir a extração de cópias deste Inquérito, com remessa à Seção Judiciária do Distrito Federal, para apuração de eventuais crimes de corrupção passiva e advocacia administrativa que podem ter sido praticados por funcionários do CADE e Petrobras S/A, em razão dos fatos envolvendo contrato celebrado pela empresa EPE, integrante do grupo J&F com a sociedade de economia mista, para a venda de gás desta para aquela.

É de se determinar, ainda, a juntada aos autos dos anexos 4 a 8, constantes da PET 7.003, bem como a fixação de prazo máximo de 30 (trinta) dias para a finalização dos trabalhos referentes à análise do material apreendido nas Ações Cautelares 4.324 e 4.328.

3. Posto isso, determino a remessa à Presidência do Supremo Tribunal Federal, a fim de que a Excelentíssima Senhora Presidente deste Tribunal, Ministra Cármen Lúcia, se digne promover o encaminhamento institucional da denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República às fls. 1658-1717, com cópia digital integral dos autos, à Presidência da Câmara dos Deputados, para os fins do disposto no art. 51, I e art. 86 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Essa providência de remessa deverá ser efetivada em novos autos, a serem formados a partir da extração de cópia integral destes autos, com a formação de novo feito sob a classe Inquérito, distribuídos por dependência ao presente (Inq 4.483).

INQ 4483 / DF

Determino, ainda, quanto ao mais: (i) a extração de cópia integral dos autos com a formação de novo feito sob a classe Petição, distribuídos por dependência ao presente (Inq 4.483), ordenando a sua remessa à Procuradoria-Geral da República para que se manifeste, no prazo de lei e antes da deliberação sobre a abertura de novo inquérito, conclusivamente, sobre a aventada prevenção do eminente Ministro Marco Aurélio em razão dos fatos apurados no Inquérito 3.105; (ii) extração de cópia integral dos presentes autos, em meio digital, para juntada ao Inquérito 4.327; (iii) extração de cópia integral destes autos, em meio digital, com remessa à Seção Judiciária do Distrito Federal para apuração de eventuais crimes por parte de funcionários do CADE e da Petrobras S/A, como requerido pelo Procurador-Geral da República na petição de fls. 1592-1656; (iv) a extração de cópias dos anexos 4 a 8, do termo de colaboração premiada de Joesley Mendonça Batista, constante dos autos de PET 7.003, com a juntada nos presentes autos; (v) expedição de ofício à autoridade policial para que conclua a análise do material apreendido nas Ações Cautelares 4.324 e 4.328, no prazo de 30 (trinta).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

Documento assinado digitalmente

INQ 4483 / DF